



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

**EDITAL Nº 005, de 11 de março de 2013**

**O COORDENADOR DE ESTÁGIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**, de conformidade com a competência que lhe foi atribuída pela Portaria PR-CH n.º 012, de 30/01/2013, e em observância ao Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público Federal – Portaria PGR/MPU nº 378, de 09 de agosto de 2010, **RESOLVE**:

1. Divulgar os gabaritos preliminares e o inteiro teor das provas do Processo Seletivo para Estagiários de Direito, conforme anexos deste Edital.
2. Declarar aberto o prazo para interposição de recursos em face dos gabaritos preliminares das provas objetivas, nos termos dos editais de abertura dos certames.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Eduardo Pelella', written in a cursive style.

**EDUARDO PELELLA**  
**Coordenador de Estágio**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO - PROVA TIPO 1**

2013

**INSTRUÇÕES GERAIS**

1. Este CADERNO DE PROVAS contém uma PROVA OBJETIVA, com 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta, uma PROVA SUBJETIVA, com 02 (duas) questões dissertativas, e 02 (duas) FOLHAS DE RASCUNHO, que se encontram ao fim do presente caderno.
2. Na prova subjetiva utilize, no máximo, 15 (quinze) linhas.
3. Não é permitida nenhuma espécie de consulta.
4. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros(as) candidatos(as).
5. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA e das FOLHAS DE RESPOSTAS DA PROVA SUBJETIVA, os quais serão entregues quando o candidato solicitar ou faltando uma hora para o término da prova.
6. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).
7. Exemplo de preenchimento do cartão de respostas:

## Preenchimento do gabarito

**CORRETO**

01	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	E	34	A	C	D	E	

**ERRADO**

01	X	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

01	A	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

01	●	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

**MPF** Procuradoria da República  
Ministério Público Federal em Sergipe

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS

INSCRIÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	1	2	3	4	5	6	7	8	9
2	1	2	3	4	5	6	7	8	9
3	1	2	3	4	5	6	7	8	9
4	1	2	3	4	5	6	7	8	9
5	1	2	3	4	5	6	7	8	9
6	1	2	3	4	5	6	7	8	9
7	1	2	3	4	5	6	7	8	9
8	1	2	3	4	5	6	7	8	9
9	1	2	3	4	5	6	7	8	9
PROVA	1	2	3	4					

Complemente o número da sua inscrição com zeros à esquerda.

Marque a opção prova 1 ou 2

## PROVA OBJETIVA

### DIREITO CIVIL

**01.** MARIA DAS DORES DOS SANTOS, mãe de JÉSSICA DOS SANTOS, de 13 anos, quer ajuizar ação em face do INSS com objetivo de obter o benefício previsto no art. 20 da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei n.º 8.742/93), por ser sua filha portadora de deficiência visual e de um problema motor na perna que a incapacita para a plena vida social e laboral, embora não retire sua capacidade de discernimento. Além disso, a família de JÉSSICA possui situação precária de subsistência.

Diante desta narrativa, assinale, a alternativa **CORRETA**, acerca da capacidade da pessoa natural e de sua representação:

- a) Jéssica é relativamente incapaz;
- b) A ação deve ser ajuizada em nome próprio de Jéssica, assistida por sua genitora, Maria das Dores;
- c) Jéssica é menor púbere;
- d) Incidirá no caso a representação de Jéssica por sua mãe, que agirá em nome da filha, mas em situação jurídica de desconsideração da vontade da menor.
- e) Eventuais direitos cabíveis a Jéssica submetem-se a prescrição de 5 anos.

**02.** Acerca da Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Ao ser promulgado o Código Civil de 2002, foi simultaneamente substituída a lei que introduzia o Código Civil de 1916;
- b) É uma lei que faz parte do Código Civil, sendo dele dependente em termos de validade e eficácia;
- c) Institui o fenômeno da repristinação como regra no contexto da vigência das leis.
- d) Admite a excusa do descumprimento de uma lei, quando o autor do ato jurídico não tem conhecimento pleno dela;
- e) Estabelece uma hierarquia no uso das fontes do direito, figurando a analogia em primeiro lugar.

**03)** Sobre o regime jurídico dos bens e o conceito das suas diversas modalidades, na forma instituída pelo Código Civil, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) O Código Civil estabelece que os bens do Estado são bens fora do comércio;
- b) A partir da definição dos bens como acessórios e principais pode-se dizer que o minério seria principal em relação à mina;
- c) Os bens públicos são classificados em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais;
- d) As benfeitorias são bens acessórios e, quando voluptuárias, são indenizáveis;
- e) Ser for possível separar uma edificação do solo, removendo-a para outro local, conservando sua unidade, este bem perde o caráter de bem imóvel, passando a ser considerado móvel.

**04.** Os negócios jurídicos possuem normatização própria a respeito de sua validade e eficácia. Seguindo a orientação do

Código Civil, pode-se dizer que **é nulo um negócio jurídico quando**:

- a) celebrado por pessoa relativamente incapaz;
- b) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
- c) for ilícito, impossível ou determinável o seu objeto;
- d) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for lícito;
- e) revestir-se da forma prescrita em lei;

**05.** Acerca dos atos ilícitos e da responsabilidade jurídica, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Quando os menores de 16 anos praticam atos ilícitos, a vítima fica irressarcida, como decorrência da falta de discernimento do menor para a prática dos atos da vida civil;
- b) O ato ilícito é fonte de obrigação;
- c) A responsabilidade jurídica é uma reação provocada pela infração a um dever preexistente;
- d) A responsabilidade civil é patrimonial, e, em regra, a dívida dela decorrente não gera prisão;
- e) Ao determinar que o dolo e a culpa são fundamentos para a obrigação de reparar o dano, o Código Civil filiou-se à teoria subjetiva, embora não tenha deixado de prever situações que ensejam responsabilidade objetiva.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**06.** Acerca das ações de desapropriação, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) É uma forma derivada de se adquirir a propriedade;
- b) Pode incidir apenas sobre bens imóveis, não sendo cabível em face de gêneros alimentícios, direitos autorais ou patentes de invenção, por exemplo;
- c) Quando a ação de desapropriação estiver voltada à reforma agrária, pode ter por objeto a média e a grande propriedade rural, ainda que seu proprietário não possua outra, caso o imóvel não esteja atendendo a sua função social;
- d) Não pode ser intentada ação de desapropriação indireta, já que esta não está prevista no ordenamento jurídico nacional;
- e) Ação de desapropriação deve ter por base a prévia declaração de uma necessidade pública, de uma utilidade pública ou de um interesse social.

**07.** Sobre a usucapião, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A usucapião pode ser reivindicada sobre vários tipos de áreas de preservação permanente, pois estas são meras limitações ao direito de propriedade, mas impedem que se discuta o domínio privado sobre elas;
- b) Se a ação de usucapião tiver por objeto imóvel considerado terreno de marinha ou acrescidos esta deve ser julgada improcedente, por ser incabível a usucapião sobre imóveis públicos;

c) Na ação de usucapião devem ser necessariamente citados os confrontantes do imóvel;

d) Se a ação de usucapião tiver como objeto área que esteja parte sob domínio da União, parte sobre domínio privado será competência da Justiça Comum Estadual. Já quando tiver como objeto área integralmente sob domínio da União, será competência da Justiça Comum Federal;

e) A usucapião prevista na constituição federal para aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, é chamada de usucapião especial rural.

**08.** O mandado de segurança é uma garantia constitucional utilizada para a proteção do direito líquido e certo. Acerca do seu cabimento e utilização, escolha a alternativa **INCORRETA**:

a) Não cabe mandado de segurança contra ato judicial que possa ser reformado por recurso ou correição;

b) Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança;

c) O mandado de segurança pode ser utilizado para cobrança de dívidas ilegais, quando se demonstra que a dívida é líquida e certa;

d) O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária;

e) O mandado de segurança não pode ser utilizado como substituto da ação popular.

**09.** Com relação à citação, marque a resposta **CORRETA**.

a) Para a validade do processo é indispensável a citação inicial do réu;

b) Citação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa;

c) A citação será sempre pessoal, não sendo possível citações em nome de seu mandatário, gerente ou administrador;

d) A citação deve ser realizada sempre na residência do réu ou no seu local de trabalho;

e) Se a citação for ordenada por juiz incompetente não surtirá qualquer efeito.

**10.** Leia as sentenças abaixo acerca da jurisdição e, após, assinale a alternativa **CORRETA**.

I – A norma segundo a qual nenhum juiz prestará tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, consagra o princípio da inércia da jurisdição.

II – A função jurisdicional tem por finalidade a pacificação social, por meio da solução dos conflitos.

III – A jurisdição pode ser contenciosa ou voluntária. A jurisdição voluntária é a administração pública de interesses privados, em relação na qual não há lide, nem conflito de interesses.

a) Nenhuma das alternativas está correta;

b) Todas as alternativas estão corretas;

c) Apenas as alternativas I e II estão corretas;

d) Apenas as alternativas II e III estão corretas;

e) Apenas a alternativa III está correta.

## DIREITO PENAL

**11.** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) O Código Penal adotou, em tema de concurso de agentes, a teoria monista, segundo a qual quem, de qualquer modo, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade;

b) No concurso de agentes, a participação de menor importância permite ao juiz aplicar pena inferior àquela aplicada ao agente principal, desde que o partícipe pretendesse cometer o crime menos grave;

c) Para a teoria dualista, há um crime para o autor da conduta típica e outro para quem o instigou ou auxiliou de qualquer modo, mas sem desempenhar a ação nuclear do tipo incriminador;

d) É correto afirmar que, na atualidade, não é possível adotar a teoria do domínio do fato em tema de concurso de agentes

e) Nenhuma das alternativas anteriores;

**12.** Sobre os crimes ambientais, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Em razão da adoção da teoria finalista da ação, é vedada a aplicação de sanções da Lei de Crimes Ambientais a pessoas jurídicas, em razão de que o crime é conduta típica derivada apenas de ação humana;

b) Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa fica condicionada a composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade;

c) A prática de maus tratos a animais domésticos não é prevista como infração penal, mas apenas como infração administrativa, sujeitando o infrator ao pagamento de multa;

d) É considerada criminoso a conduta de desmatar floresta, em terras de domínio público, mesmo quando necessária à subsistência imediata pessoal do agente ou de sua família;

e) Não existe o crime culposo de poluição ambiental.

**13.** Sobre a lavagem de capitais, é **CORRETO** afirmar:

a) Na denúncia por lavagem de ativos, é imprescindível apontar indícios suficientes de crime antecedente específico, sob pena de inépcia da inicial;

b) O processo por crime de branqueamento de capitais será sempre de competência da Justiça Federal do local da consumação da infração;

c) A atual lei de lavagem de capitais representa a terceira geração no estágio de evolução da legislação sobre crimes de branqueamento de ativos;

- d) Não se permite a alienação antecipada dos bens do acusado, sob pena de violação à presunção de inocência;
- e) Não existe a figura da colaboração premiada, permitindo redução de penas a co-autores do crime que colaborem com as autoridades.

**14.** A respeito do crime de peculato, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O particular que pratica o crime em concurso com servidor público, ciente da condição funcional deste, comete também o crime de peculato;
- b) Para a consumação do crime de peculato-apropriação é imprescindível a posse do bem público por parte do agente público;
- c) No caso de condenação por peculato, a progressão de regime fica condicionada à reparação do dano causado;
- d) Não se pune peculato culposo, por ausência de previsão legal;
- e) É passível de punição o servidor público que se apropria de dinheiro que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

**15.** Concernente às Leis 8.072/90 e 11.343/06, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) No crime de tráfico de substância entorpecente (art. 33), dada a gravidade da conduta para a saúde pública, não se permite a conversão da pena aplicada em pena restritiva de direito;
- b) Não é considerada conduta típica a mera utilização de maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização legal, por ausência de potencialidade lesiva da conduta;
- c) A progressão de regime nos crimes hediondos ocorrerá após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente;
- d) A pena por crime hediondo deverá ser cumprida integralmente em regime fechado, em razão da gravidade da conduta;
- e) O crime de tortura não é considerado hediondo.

#### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**16.** Sobre o manejo da ação constitucional de *habeas corpus*, assinale a alternativa **adequada**:

- a) A ação de *habeas corpus* prescinde de prova pré-constituída da coação que está sendo exercida contra o paciente;
- b) Não é possível a concessão de liminar antes de ouvir a autoridade apontada como coatora;
- c) O *habeas corpus* não é a ação adequada para discutir validade da prova produzida em processo criminal;
- d) É incabível o *habeas corpus* para discutir incompetência absoluta do juízo;
- e) O *habeas corpus* não pode ser utilizado como sucedâneo da revisão criminal, salvo em situações nas quais se verifique flagrante nulidade processual na sentença condenatória ou no acórdão que a tenha confirmado.

**17.** Sobre a investigação criminal e ação penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) É de atribuição exclusiva da Polícia Federal a apuração das infrações praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas;
- b) O Ministério Público pode realizar investigações criminais, especialmente nas hipóteses envolvendo crimes praticados por integrantes de corporações policiais;
- c) No âmbito da Justiça Federal, o prazo para conclusão do inquérito policial será de vinte dias, quando o indiciado estiver preso, podendo ser prorrogado por igual prazo, a pedido, devidamente fundamentado, da autoridade policial e deferido pelo Juiz a que competir o conhecimento do processo;
- d) Nas infrações de ação pública condicionada, a instauração do inquérito fica condicionada à representação do ofendido;
- e) A autoridade policial pode instaurar investigação contra magistrado, desde que autorizado pelo Corregedor da instituição a que estiver vinculado o juiz investigado.

**18.** Sobre a sistemática das prisões, assinale a **CORRETA**:

- a) É facultativa a notificação do órgão da defensoria pública acerca da prisão em flagrante de qualquer pessoa;
- b) Não é possível, de regra, a decretação de prisão preventiva para as infrações cuja pena máxima cominada seja igual ou inferior a quatro anos;
- c) É incabível a decretação de prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identificação da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para a correta identificação;
- d) Ao juiz é lícito impor medidas alternativas à prisão, a exemplo da determinação ao réu para entregar o passaporte;
- e) As alternativas *b* e *d* estão corretas.

**19.** A respeito da execução penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Constitui direito do preso obter atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente;
- b) O regime disciplinar diferenciado – RDD – é considerado regime de cumprimento de pena, especialmente criado para os presos que apresentam comportamento subversivo da disciplina carcerária;
- c) O RDD pode ser aplicado tanto ao preso provisório como ao preso definitivo;
- d) No entendimento da jurisprudência, não é possível a execução provisória de pena, ainda que a acusação não recorra para aumentar a pena imposta na sentença;
- e) O tempo de estudo realizado pelo apenado pode ser abatido do tempo da condenação.

**20.** Sobre o tema nulidades e recursos processuais penais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que impronunciar o réu submetido ao rito do Júri;

b) O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto;

c) Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse;

d) O prazo do recurso de apelação é de 05 (cinco) dias;

e) Nenhuma das anteriores.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**21.** A respeito da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa **ERRADA**:

a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

b) Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

d) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

e) Todas as alternativas anteriores estão equivocadas.

**22.** A respeito da nacionalidade, é **CORRETO** afirmar:

a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que estejam a serviço de empresa privada brasileira.

b) São brasileiros naturalizados os que, na forma de ato normativo do Presidente da República, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto.

c) É privativo de brasileiro nato o cargo de Ministro de Estado da Defesa.

d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, não admitida exceção de qualquer espécie.

e) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais. É vedado aos Estados, Distrito Federal e Municípios terem símbolos próprios.

**23.** A respeito dos direitos políticos, assinale a alternativa **VERDADEIRA**:

a) É forma de exercício da soberania popular, nos termos da lei, o plebiscito.

b) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.

c) O pleno exercício dos direitos políticos não é uma condição de elegibilidade.

d) Os analfabetos são elegíveis.

e) Uma das modalidades de perda ou suspensão de direitos políticos é a incapacidade civil relativa.

**24.** Marque a alternativa **EQUIVOCADA**, à vista do contido no art. 37, "caput", da Constituição:

a) A legalidade é um princípio da Administração Pública.

b) A impessoalidade é um princípio da Administração Pública.

c) A moralidade é um princípio da Administração Pública.

d) A publicidade é um princípio da Administração Pública.

e) A economicidade é um princípio da Administração Pública.

**25.** É **ERRADO** afirmar, a respeito dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais:

a) Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais são órgãos da Justiça Federal.

b) 1/5 (um quinto) da composição dos Tribunais Regionais Federais é destinada a advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira.

c) Os juízes federais processam e julgam, entre outras, as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réas, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

d) As causas em que a União for autora poderão ser aforadas em qualquer Seção Judiciária do território nacional.

e) Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá uma seção judiciária que terá por sede a respectiva Capital, e varas localizadas segundo o estabelecido em lei.

**26.** Assinale a resposta **CORRETA**, no que diz respeito à arguição de descumprimento de preceito fundamental tratada no art. 102, § 1º, da Constituição, e na Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999:

a) É de competência originária do Superior Tribunal de Justiça a apreciação da arguição de descumprimento de preceito fundamental, na forma da lei.

b) O Supremo Tribunal Federal tem competência recursal para análise da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

c) Podem propor a arguição de descumprimento de preceito fundamental os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade.

d) É inviável o deferimento de medida liminar em arguição de descumprimento de preceito fundamental.

e) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é passível de ser discutida em ação rescisória.

**27.** Todas as alternativas seguintes são verdadeiras sobre o Ministério Público, **EXCETO**:

a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

b) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a

indivisibilidade e a independência funcional.

c) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República.

d) São garantias dos membros do Ministério Público a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos.

e) Constitui-se em vedação aos membros do Ministério Público exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério.

**28.** Ainda em relação ao Ministério Público, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) É função institucional do Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

b) O Ministério Público não mais exerce o controle externo da atividade policial.

c) O Ministério Público tem atribuição para realizar consultoria jurídica de entidades públicas.

d) O ingresso na carreira do Ministério Público ocorre mediante concurso de provas e títulos, sendo possível a nomeação de outros membros pelo Chefe do Poder Executivo do Estado ou do Distrito Federal, desde que haja previsão específica na Constituição Estadual.

e) É prescindível a distribuição imediata de processos no Ministério Público.

**29.** São princípios da ordem econômica, **SALVO**:

a) Soberania nacional.

b) Propriedade privada.

c) Função social da propriedade.

d) Defesa do produtor.

e) Busca do pleno emprego.

**30.** A respeito da família, da criança, do adolescente, do jovem, do idoso e dos índios, marque a alternativa **ERRADA**:

a) O casamento é civil e gratuita a sua celebração.

b) São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

c) Aos maiores de oitenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos rurais.

d) São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

e) As terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis

## DIREITOS DIFUSOS

**31.** Marque a alternativa **CORRETA** de acordo com as previsões da Lei 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências:

a) Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a

prévia composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade;

b) Os animais apreendidos serão preferencialmente entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, sendo a soltura destes em seu habitat natural uma conduta subsidiária;

c) A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental deve avaliar a conveniência de promover a sua apuração imediata;

d) Na responsabilização civil por atividades lesivas ao meio ambiente é incabível a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica para atingimento pessoal dos sócios;

e) Essa lei não prevê a responsabilização criminal da pessoa jurídica.

**32.** De acordo com o Estatuto do Idoso:

a) É idoso todo aquele com idade igual ou superior a 65;

b) Eventuais transações relativas a alimentos que favoreçam o idoso e que tenham sido celebradas perante Promotor de Justiça ou Defensor Público, devem ser homologadas após pelo Poder Judiciário para terem efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil;

c) O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social;

d) É permitida aos planos de saúde a cobrança de valores diferenciados em razão da idade do idoso;

e) A partir de 60 (sessenta) anos é assegurado aos que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo.

**33.** Segundo as determinações do código de defesa do consumidor:

a) Pessoa jurídica não pode ser equiparada a consumidor;

b) Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo;

c) A instauração de inquérito civil não obsta a decadência do direito do consumidor;

d) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento da aquisição do produto defeituoso;

e) Os contratos de adesão são proscritos.

**34.** Analise as sentenças que seguem e que tratam da lei de improbidade administrativa, assinalando após a alternativa **CORRETA**.

I - O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente não está de qualquer forma sujeito às cominações da lei de improbidade administrativa.

II - As comissões de processo disciplinar não estão obrigadas a dar conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas sobre a existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

III - O Ministério Público, se não intervir no processo judicial que

apura a improbidade administrativa como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

- a) Nenhuma das alternativas está correta;
- b) Todas as alternativas estão corretas;
- c) Apenas as alternativas I e II estão corretas;
- d) Apenas as alternativas II e III estão corretas;
- e) Apenas a alternativa III está correta.

**35.** As assertivas abaixo tratam de questões normatizadas pela lei que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência. Após analisá-las, marque a alternativa **CORRETA**.

I - A adoção de regras de reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas com deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, ofende o princípio constitucional da igualdade.

II – Na área da educação é prevista a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas com deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.

III - A Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às pessoas com deficiência tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social.

- a) Nenhuma das alternativas está correta;
- b) Todas as alternativas estão corretas;
- c) Apenas as alternativas I e II estão corretas;
- d) Apenas as alternativas II e III estão corretas;
- e) Apenas a alternativa III está correta.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**36.** Avalie as sentenças a seguir que tratam dos princípios da administração pública e marque a única alternativa **CORRETA**.

I – No campo do direito administrativo, a doutrina tem admitido a existência de duas feições para o princípio da legalidade. A primeira seria o princípio da reserva de lei, segundo o qual ninguém está obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão mediante lei que o determine; e a segunda seria o princípio da legalidade administrativa estrita, mediante o qual a administração pública só pode agir se e quando a lei autorizar a atuação.

II – Um dos enfoques do princípio da impessoalidade dirige-se a impedir tratamentos discriminatórios por parte da administração pública, sendo que esta deve dar tratamento isonômico aos administrados.

III – O princípio da publicidade conta com uma garantia constitucional que serve para salvaguardá-lo, qual seja o habeas data.

- a) Nenhuma das alternativas está correta;
- b) Todas as alternativas estão corretas;
- c) Apenas as alternativas I e II estão corretas;

d) Apenas as alternativas II e III estão corretas;

e) Apenas a alternativa III está correta.

**37.** As assertivas a seguir tratam das autarquias. Julgue-as e assinale a alternativa **CORRETA**.

I – As autarquias são criadas para desenvolver atividades típicas das entidades primárias (União, Estados, DF e Municípios) mas são constituídas com personalidade jurídica de direito privado.

II – Somente por lei específica pode ser autorizada a instituição de uma autarquia.

III – As autarquias não detêm prerrogativas das entidades políticas a qual se vinculam.

- a) Nenhuma das alternativas está correta;
- b) Todas as alternativas estão corretas;
- c) Apenas as alternativas I e II estão corretas;
- d) Apenas as alternativas II e III estão corretas;
- e) Apenas a alternativa III está correta.

**38.** Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com a literalidade da Lei do Pregão (Lei 10.520/2002):

a) Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser definidos pelo edital, ainda que não objetivamente, por meio de especificações usuais no mercado;

b) A fase externa do pregão se inicia com a convocação dos interessados, que será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de grande circulação local, vedada a convocação por meios eletrônicos;

c) No pregão, para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço e melhor técnica;

d) Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações);

e) Nenhuma das alternativas anteriores;

**39.** Quanto aos aspectos gerais sobre licitações e contratos administrativos, marque a opção **CORRETA**.

a) As regras contidas na lei de licitações aplicam-se à administração pública direta e indireta da União, Estados, DF e Municípios. Não se submetem a essa lei, os conselhos de fiscalização das profissões regulamentadas e os serviços sociais autônomos, pois todos estes possuem os seus próprios regulamentos;

b) Assim como existe uma lei específica que trata das licitações públicas da administração direta, autarquias e fundações públicas, existe uma outra, também específica, que trata das licitações das empresas públicas e sociedades de economia mista;

c) A Constituição Federal confere à União competência privativa para legislar sobre normas gerais que tratem de licitações e contratos administrativos;



d) É possível a contratação e empresas para a prestação de serviços a entidades e órgãos da administração pública se os serviços estiverem incluídos dentre aqueles que são atribuição de cargos de carreira;

e) Os contratos administrativos são regidos pelo princípio da isonomia entre o direito público e o direito privado.

**40.** Marque a alternativa que **NÃO** se configura como um dos requisitos da responsabilização do Estado.

a) Ação ou omissão do agente público;

b) Resultado danoso;

c) Nexó de causalidade;

d) Dolo;

e) Agente público atuando nesta qualidade;

**PROVA SUBJETIVA**

**FOLHA DE RASCUNHO**

- 1) Determinado Governador de Estado, tomando conhecimento de romance secreto entre sua esposa e um funcionário da administração federal em exercício na capital, solicita ao diretor do respectivo órgão, competente para determinar remoções de servidores, que determine, de ofício, a remoção do referido servidor para a cidade mais remota daquela unidade da federação, no que é atendido. Analise a conduta do diretor do órgão público federal, em 15 linhas, sob o ângulo dos princípios constitucionais que regem a administração pública, da existência ou não de ato de improbidade administrativa e sua capitulação, e, ainda, se a sua conduta pode configurar, em tese, ilícito penal.**

**PROVA SUBJETIVA**

**FOLHA DE RASCUNHO**

2) José, Prefeito Municipal, atualmente exercendo mandato, foi denunciado pelo Ministério Público Federal, perante o foro competente, pela prática do crime de corrupção passiva (CP, art. 317, caput). Recebida a denúncia, o advogado do réu impetrou, em favor deste, habeas corpus perante o STJ, requerendo, liminarmente, que fosse trancada a ação penal pela superveniência de incapacidade civil absoluta, fato que seria demonstrado nos autos da ação penal originária. Requereu, ainda, alternativamente, caso não trancada a ação penal, fosse determinada a inclusão no polo passivo da ação penal originária, de João, que, segundo suas alegações, teria sido o autor da corrupção ativa (CP, art. 333). Alegou, ainda, que tal inclusão teria o escopo de demonstrar que o crime contra si imputado – de corrupção passiva – não teria ocorrido. O relator do feito no STJ negou a liminar requerida, enfrentando ambos os pontos levantados na inicial do habeas. Foi impetrado, então, novo habeas corpus, agora perante o STF, alegando que a competência desta Corte para a análise deste novo HC estaria firmada a partir da negativa da liminar do STJ. À luz da atual jurisprudência do STF sobre habeas corpus e ação penal, responda, fundamentadamente, às seguintes questões:

- a) É cabível a impetração do habeas corpus perante o STF?
- b) A ação penal deve ser trancada?
- c) O STF pode determinar a inclusão de réu no polo passivo da ação penal originária?



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO - PROVA TIPO 2**

2013

**INSTRUÇÕES GERAIS**

1. Este CADERNO DE PROVAS contém uma PROVA OBJETIVA, com 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta, uma PROVA SUBJETIVA, com 02 (duas) questões dissertativas, e 02 (duas) FOLHAS DE RASCUNHO, que se encontram ao fim do presente caderno.
2. Na prova subjetiva utilize, no máximo, 15 (quinze) linhas.
3. Não é permitida nenhuma espécie de consulta.
4. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros(as) candidatos(as).
5. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA e das FOLHAS DE RESPOSTAS DA PROVA SUBJETIVA, os quais serão entregues quando o candidato solicitar ou faltando uma hora para o término da prova.
6. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).
7. Exemplo de preenchimento do cartão de respostas:

## Preenchimento do gabarito

**CORRETO**

01		B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A		C	D	E	32	A	B	C		E
03	A	B		D	E	33	A	B		D	E
04	A	B	C		E	34	A		C	D	E

**ERRADO**

01	<input checked="" type="checkbox"/>	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A		C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B		D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

01	<input type="checkbox"/>	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A		C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B		D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

01	<input type="checkbox"/>	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A		C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B		D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

**MPF** Procuradoria da República em Sergipe  
Ministério Público Federal

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS

INSCRIÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	1	2	3	4	5	6	7	8	9
2	1	2	3	4	5	6	7	8	9
3	1	2	3	4	5	6	7	8	9
4	1	2	3	4	5	6	7	8	9
5	1	2	3	4	5	6	7	8	9
6	1	2	3	4	5	6	7	8	9
7	1	2	3	4	5	6	7	8	9
8	1	2	3	4	5	6	7	8	9
9	1	2	3	4	5	6	7	8	9
PROVA	1	2	3	4					

Complemente o número da sua inscrição com zeros à esquerda.

Marque a opção prova 1 ou 2

## **PROVA OBJETIVA**

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**01.** A respeito da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa **ERRADA**:

- a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- b) Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- d) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- e) Todas as alternativas anteriores estão equivocadas.

**02.** A respeito da nacionalidade, é **CORRETO** afirmar:

- a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que estejam a serviço de empresa privada brasileira.
- b) São brasileiros naturalizados os que, na forma de ato normativo do Presidente da República, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto.
- c) É privativo de brasileiro nato o cargo de Ministro de Estado da Defesa.
- d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, não admitida exceção de qualquer espécie.
- e) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais. É vedado aos Estados, Distrito Federal e Municípios terem símbolos próprios.

**03.** A respeito dos direitos políticos, assinale a alternativa **VERDADEIRA**:

- a) É forma de exercício da soberania popular, nos termos da lei, o plebiscito.
- b) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
- c) O pleno exercício dos direitos políticos não é uma condição de elegibilidade.
- d) Os analfabetos são elegíveis.
- e) Uma das modalidades de perda ou suspensão de direitos políticos é a incapacidade civil relativa.

**04.** Marque a alternativa **EQUIVOCADA**, à vista do contido no art. 37, "caput", da Constituição:

- a) A legalidade é um princípio da Administração Pública.
- b) A impessoalidade é um princípio da Administração Pública.
- c) A moralidade é um princípio da Administração Pública.

- d) A publicidade é um princípio da Administração Pública.
- e) A economicidade é um princípio da Administração Pública.

**05.** É **ERRADO** afirmar, a respeito dos Tribunais Regionais Federais e dos Juizes Federais:

- a) Os Tribunais Regionais Federais e os Juizes Federais são órgãos da Justiça Federal.
- b) 1/5 (um quinto) da composição dos Tribunais Regionais Federais é destinada a advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira.
- c) Os juizes federais processam e julgam, entre outras, as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- d) As causas em que a União for autora poderão ser aforadas em qualquer Seção Judiciária do território nacional.
- e) Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá uma seção judiciária que terá por sede a respectiva Capital, e varas localizadas segundo o estabelecido em lei.

**06.** Assinale a resposta **CORRETA**, no que diz respeito à arguição de descumprimento de preceito fundamental tratada no art. 102, § 1º, da Constituição, e na Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999:

- a) É de competência originária do Superior Tribunal de Justiça a apreciação da arguição de descumprimento de preceito fundamental, na forma da lei.
- b) O Supremo Tribunal Federal tem competência recursal para análise da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- c) Podem propor a arguição de descumprimento de preceito fundamental os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade.
- d) É inviável o deferimento de medida liminar em arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- e) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é passível de ser discutida em ação rescisória.

**07.** Todas as alternativas seguintes são verdadeiras sobre o Ministério Público, **EXCETO**:

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- c) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República.
- d) São garantias dos membros do Ministério Público a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos.
- e) Constitui-se em vedação aos membros do Ministério Público exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério.

**08.** Ainda em relação ao Ministério Público, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) É função institucional do Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- b) O Ministério Público não mais exerce o controle externo da atividade policial.
- c) O Ministério Público tem atribuição para realizar consultoria jurídica de entidades públicas.
- d) O ingresso na carreira do Ministério Público ocorre mediante concurso de provas e títulos, sendo possível a nomeação de outros membros pelo Chefe do Poder Executivo do Estado ou do Distrito Federal, desde que haja previsão específica na Constituição Estadual.
- e) É prescindível a distribuição imediata de processos no Ministério Público.

**09.** São princípios da ordem econômica, **SALVO**:

- a) Soberania nacional.
- b) Propriedade privada.
- c) Função social da propriedade.
- d) Defesa do produtor.
- e) Busca do pleno emprego.

**10.** A respeito da família, da criança, do adolescente, do jovem, do idoso e dos índios, marque a alternativa **ERRADA**:

- a) O casamento é civil e gratuita a sua celebração.
- b) São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.
- c) Aos maiores de oitenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos rurais.
- d) São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.
- e) As terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis

#### DIREITOS DIFUSOS

**11.** Marque a alternativa **CORRETA** de acordo com as previsões da Lei 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências:

- a) Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade;
- b) Os animais apreendidos serão preferencialmente entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, sendo a soltura destes em seu habitat natural uma conduta subsidiária;
- c) A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental deve avaliar a conveniência de promover a sua apuração imediata;
- d) Na responsabilização civil por atividades lesivas ao meio ambiente é incabível a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica para atingimento pessoal dos sócios;

e) Essa lei não prevê a responsabilização criminal da pessoa jurídica.

**12.** De acordo com o Estatuto do Idoso:

- a) É idoso todo aquele com idade igual ou superior a 65;
- b) Eventuais transações relativas a alimentos que favoreçam o idoso e que tenham sido celebradas perante Promotor de Justiça ou Defensor Público, devem ser homologadas após pelo Poder Judiciário para terem efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil;
- c) O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social;
- d) É permitida aos planos de saúde a cobrança de valores diferenciados em razão da idade do idoso;
- e) A partir de 60 (sessenta) anos é assegurado aos que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo.

**13.** Segundo as determinações do código de defesa do consumidor:

- a) Pessoa jurídica não pode ser equiparada a consumidor;
- b) Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo;
- c) A instauração de inquérito civil não obsta a decadência do direito do consumidor;
- d) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento da aquisição do produto defeituoso;
- e) Os contratos de adesão são proscritos.

**14.** Analise as sentenças que seguem e que tratam da lei de improbidade administrativa, assinalando após a alternativa **CORRETA**.

I - O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está de qualquer forma sujeito às cominações da lei de improbidade administrativa.

II - As comissões de processo disciplinar não estão obrigadas a dar conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas sobre a existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

III - O Ministério Público, se não intervir no processo judicial que apura a improbidade administrativa como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

- a) Nenhuma das alternativas está correta;
- b) Todas as alternativas estão corretas;
- c) Apenas as alternativas I e II estão corretas;
- d) Apenas as alternativas II e III estão corretas;
- e) Apenas a alternativa III está correta.

15. As assertivas abaixo tratam de questões normatizadas pela lei que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência. Após analisá-las, marque a alternativa **CORRETA**.

I - A adoção de regras de reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas com deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, ofende o princípio constitucional da igualdade.

II – Na área da educação é prevista a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas com deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.

III - A Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às pessoas com deficiência tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social.

- a) Nenhuma das alternativas está correta;
- b) Todas as alternativas estão corretas;
- c) Apenas as alternativas I e II estão corretas;
- d) Apenas as alternativas II e III estão corretas;
- e) Apenas a alternativa III está correta.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

16. Avalie as sentenças a seguir que tratam dos princípios da administração pública e marque a única alternativa **CORRETA**.

I – No campo do direito administrativo, a doutrina tem admitido a existência de duas feições para o princípio da legalidade. A primeira seria o princípio da reserva de lei, segundo o qual ninguém está obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão mediante lei que o determine; e a segunda seria o princípio da legalidade administrativa estrita, mediante o qual a administração pública só pode agir se e quando a lei autorizar a atuação.

II – Um dos enfoques do princípio da impessoalidade dirige-se a impedir tratamentos discriminatórios por parte da administração pública, sendo que esta deve dar tratamento isonômico aos administrados.

III – O princípio da publicidade conta com uma garantia constitucional que serve para salvaguardá-lo, qual seja o habeas data.

- a) Nenhuma das alternativas está correta;
- b) Todas as alternativas estão corretas;
- c) Apenas as alternativas I e II estão corretas;
- d) Apenas as alternativas II e III estão corretas;
- e) Apenas a alternativa III está correta.

17. As assertivas a seguir tratam das autarquias. Julgue-as e assinale a alternativa **CORRETA**.

I – As autarquias são criadas para desenvolver atividades típicas das entidades primárias (União, Estados, DF e Municípios) mas são constituídas com personalidade jurídica de direito privado.

II – Somente por lei específica pode ser autorizada a instituição de uma autarquia.

III – As autarquias não detêm prerrogativas das entidades políticas a qual se vinculam.

- a) Nenhuma das alternativas está correta;
- b) Todas as alternativas estão corretas;
- c) Apenas as alternativas I e II estão corretas;
- d) Apenas as alternativas II e III estão corretas;
- e) Apenas a alternativa III está correta.

18. Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com a literalidade da Lei do Pregão (Lei 10.520/2002):

a) Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser definidos pelo edital, ainda que não objetivamente, por meio de especificações usuais no mercado;

b) A fase externa do pregão se inicia com a convocação dos interessados, que será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de grande circulação local, vedada a convocação por meios eletrônicos;

c) No pregão, para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço e melhor técnica;

d) Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações);

e) Nenhuma das alternativas anteriores;

19. Quanto aos aspectos gerais sobre licitações e contratos administrativos, marque a opção **CORRETA**.

a) As regras contidas na lei de licitações aplicam-se à administração pública direta e indireta da União, Estados, DF e Municípios. Não se submetem a essa lei, os conselhos de fiscalização das profissões regulamentadas e os serviços sociais autônomos, pois todos estes possuem os seus próprios regulamentos;

b) Assim como existe uma lei específica que trata das licitações públicas da administração direta, autarquias e fundações públicas, existe uma outra, também específica, que trata das licitações das empresas públicas e sociedades de economia mista;

c) A Constituição Federal confere à União competência privativa para legislar sobre normas gerais que tratem de licitações e contratos administrativos;

d) É possível a contratação de empresas para a prestação de serviços a entidades e órgãos da administração pública se os serviços estiverem incluídos dentre aqueles que são atribuição de cargos de carreira;

e) Os contratos administrativos são regidos pelo princípio da isonomia entre o direito público e o direito privado.

20. Marque a alternativa que **NÃO** se configura como um dos requisitos da responsabilização do Estado.

- a) Ação ou omissão do agente público;

- b) Resultado danoso;
- c) Nexo de causalidade;
- d) Dolo;
- e) Agente público atuando nesta qualidade;

#### DIREITO CIVIL

**21.** MARIA DAS DORES DOS SANTOS, mãe de JÉSSICA DOS SANTOS, de 13 anos, quer ajuizar ação em face do INSS com objetivo de obter o benefício previsto no art. 20 da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei n.º 8.742/93), por ser sua filha portadora de deficiência visual e de um problema motor na perna que a incapacita para a plena vida social e laboral, embora não retire sua capacidade de discernimento. Além disso, a família de JÉSSICA possui situação precária de subsistência.

Diante desta narrativa, assinale, a alternativa **CORRETA**, acerca da capacidade da pessoa natural e de sua representação:

- a) Jéssica é relativamente incapaz;
- b) A ação deve ser ajuizada em nome próprio de Jéssica, assistida por sua genitora, Maria das Dores;
- c) Jéssica é menor púbere;
- d) Incidirá no caso a representação de Jéssica por sua sua mãe, que agirá em nome da filha, mas em situação jurídica de desconsideração da vontade da menor.
- e) Eventuais direitos cabíveis a Jéssica submetem-se a prescrição de 5 anos.

**22.** Acerca da Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Ao ser promulgado o Código Civil de 2002, foi simultaneamente substituída a lei que introduzia o Código Civil de 1916;
- b) É uma lei que faz parte do Código Civil, sendo dele dependente em termos de validade e eficácia;
- c) Institui o fenômeno da repristinação como regra no contexto da vigência das leis.
- d) Admite a escusa do descumprimento de uma lei,, quando o autor do ato jurídico não tem conhecimento pleno dela;
- e) Estabelece uma hierarquia no uso das fontes do direito, figurando a analogia em primeiro lugar.

**23)** Sobre o regime jurídico dos bens e o o conceito das suas diversas modalidades, na forma instituída pelo Código Civil, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) O Código Civil estabelece que os bens do Estado são bens fora do comércio;
- b) A partir da definição dos bens como acessórios e principais pode-se dizer que o minério seria principal em relação à mina;
- c) Os bens públicos são classificados em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais;
- d) As benfeitorias são bens acessórios e, quando voluptuárias, são indenizáveis;

e) Ser for possível separar uma edificação do solo, removendo-a para outro local, conservando sua unidade, este bem perde o caráter de bem imóvel, passando a ser considerado móvel.

**24.** Os negócios jurídicos possuem normatização própria a respeito de sua validade e eficácia. Seguindo a orientação do Código Civil, pode-se dizer que **é nulo um negócio jurídico quando**:

- a) celebrado por pessoa relativamente incapaz;
- b) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
- c) for ilícito, impossível ou determinável o seu objeto;
- d) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for lícito;
- e) revestir-se da forma prescrita em lei;

**25.** Acerca dos atos ilícitos e da responsabilidade jurídica, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Quando os menores de 16 anos praticam atos ilícitos, a vítima fica irresarcida, como decorrência da falta de discernimento do menor para a prática dos atos da vida civil;
- b) O ato ilícito é fonte de obrigação;
- c) A responsabilidade jurídica é uma reação provocada pela infração a um dever preexistente;
- d) A responsabilidade civil é patrimonial, e, em regra, a dívida dela decorrente não gera prisão;
- e) Ao determinar que o dolo e a culpa são fundamentos para a obrigação de reparar o dano, o Código Civil filiou-se à teoria subjetiva, embora não tenha deixado de prever situações que ensejam responsabilidade objetiva.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**26.** Acerca das ações de desapropriação, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) É uma forma derivada de se adquirir a propriedade;
- b) Pode incidir apenas sobre bens imóveis, não sendo cabível em face de gêneros alimentícios, direitos autorais ou patentes de invenção, por exemplo;
- c) Quando a ação de desapropriação estiver voltada à reforma agrária, pode ter por objeto a média e a grande propriedade rural, ainda que seu proprietário não possua outra, caso o imóvel não esteja atendendo a sua função social;
- d) Não pode ser intentada ação de desapropriação indireta, já que esta não está prevista no ordenamento jurídico nacional;
- e) Ação de desapropriação deve ter por base a prévia declaração de uma necessidade pública, de uma utilidade pública ou de um interesse social.

**27.** Sobre a usucapião, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A usucapião pode ser reivindicada sobre vários tipos de áreas de preservação permanente, pois estas são meras limitações ao direito de propriedade, mas impedem que se discuta o domínio



privado sobre elas;

b) Se a ação de usucapião tiver por objeto imóvel considerado terreno de marinha ou acrescidos esta deve ser julgada improcedente, por ser incabível a usucapião sobre imóveis públicos;

c) Na ação de usucapião devem ser necessariamente citados os confrontantes do imóvel;

d) Se a ação de usucapião tiver como objeto área que esteja parte sob domínio da União, parte sobre domínio privado será competência da Justiça Comum Estadual. Já quando tiver como objeto área integralmente sob domínio da União, será competência da Justiça Comum Federal;

e) A usucapião prevista na constituição federal para aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, é chamada de usucapião especial rural.

**28.** O mandado de segurança é uma garantia constitucional utilizada para a proteção do direito líquido e certo. Acerca do seu cabimento e utilização, escolha a alternativa **INCORRETA**:

a) Não cabe mandado de segurança contra ato judicial que possa ser reformado por recurso ou correição;

b) Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança;

c) O mandado de segurança pode ser utilizado para cobrança de dívidas ilegais, quando se demonstra que a dívida é líquida e certa;

d) O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária;

e) O mandado de segurança não pode ser utilizado como substituto da ação popular.

**29.** Com relação à citação, marque a resposta **CORRETA**.

a) Para a validade do processo é indispensável a citação inicial do réu;

b) Citação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa;

c) A citação será sempre pessoal, não sendo possível citações em nome de seu mandatário, gerente ou administrador;

d) A citação deve ser realizada sempre na residência do réu ou no seu local de trabalho;

e) Se a citação for ordenada por juiz incompetente não surtirá qualquer efeito.

**30.** Leia as sentenças abaixo acerca da jurisdição e, após, assinale a alternativa **CORRETA**.

I – A norma segundo a qual nenhum juiz prestará tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, consagra o princípio da inércia da jurisdição.

II – A função jurisdicional tem por finalidade a pacificação social, por meio da solução dos conflitos.

III – A jurisdição pode ser contenciosa ou voluntária. A jurisdição voluntária é a administração pública de interesses privados, em relação na qual não há lide, nem conflito de interesses.

a) Nenhuma das alternativas está correta;

b) Todas as alternativas estão corretas;

c) Apenas as alternativas I e II estão corretas;

d) Apenas as alternativas II e III estão corretas;

e) Apenas a alternativa III está correta.

## DIREITO PENAL

**31.** Assinale a a alternativa **INCORRETA**:

a) O Código Penal adotou, em tema de concurso de agentes, a teoria monista, segundo a qual quem, de qualquer modo, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade;

b) No concurso de agentes, a participação de menor importância permite ao juiz aplicar pena inferior àquela aplicada ao agente principal, desde que o partícipe pretendesse cometer o crime menos grave;

c) Para a teoria dualista, há um crime para o autor da conduta típica e outro para quem o instigou ou auxiliou de qualquer modo, mas sem desempenhar a ação nuclear do tipo incriminador;

d) É correto afirmar que, na atualidade, não é possível adotar a teoria do domínio do fato em tema de concurso de agentes

e) Nenhuma das alternativas anteriores;

**32.** Sobre os crimes ambientais, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Em razão da adoção da teoria finalista da ação, é vedada a aplicação de sanções da Lei de Crimes Ambientais a pessoas jurídicas, em razão de que o crime é conduta típica derivada apenas de ação humana;

b) Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa fica condicionada a composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade;

c) A prática de maus tratos a animais domésticos não é prevista como infração penal, mas apenas como infração administrativa, sujeitando o infrator ao pagamento de multa;

d) É considerada criminosa a conduta de desmatar floresta, em terras de domínio público, mesmo quando necessária à subsistência imediata pessoal do agente ou de sua família;

e) Não existe o crime culposos de poluição ambiental.

**33.** Sobre a lavagem de capitais, é **CORRETO** afirmar:

a) Na denúncia por lavagem de ativos, é imprescindível apontar indícios suficientes de crime antecedente específico, sob pena de inépcia da inicial;

b) O processo por crime de branqueamento de capitais será

sempre de competência da Justiça Federal do local da consumação da infração;

c) A atual lei de lavagem de capitais representa a terceira geração no estágio de evolução da legislação sobre crimes de branqueamento de ativos;

d) Não se permite a alienação antecipada dos bens do acusado, sob pena de violação à presunção de inocência;

e) Não existe a figura da colaboração premiada, permitindo redução de penas a co-autores do crime que colaborem com as autoridades.

**34.** A respeito do crime de peculato, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) O particular que pratica o crime em concurso com servidor público, ciente da condição funcional deste, comete também o crime de peculato;

b) Para a consumação do crime de peculato-apropriação é imprescindível a posse do bem público por parte do agente público;

c) No caso de condenação por peculato, a progressão de regime fica condicionada à reparação do dano causado;

d) Não se pune peculato culposo, por ausência de previsão legal;

e) É passível de punição o servidor público que se apropria de dinheiro que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

**35.** Concerne às Leis 8.072/90 e 11.343/06, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) No crime de tráfico de substância entorpecente (art. 33), dada a gravidade da conduta para a saúde pública, não se permite a conversão da pena aplicada em pena restritiva de direito;

b) Não é considerada conduta típica a mera utilização de maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização legal, por ausência de potencialidade lesiva da conduta;

c) A progressão de regime nos crimes hediondos ocorrerá após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente;

d) A pena por crime hediondo deverá ser cumprida integralmente em regime fechado, em razão da gravidade da conduta;

e) O crime de tortura não é considerado hediondo.

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

**36.** Sobre o manejo da ação constitucional de *habeas corpus*, assinale a alternativa **adequada**:

a) A ação de *habeas corpus* prescinde de prova pré-constituída da coação que está sendo exercida contra o paciente;

b) Não é possível a concessão de liminar antes de ouvir a autoridade apontada como coatora;

c) O *habeas corpus* não é a ação adequada para discutir validade da prova produzida em processo criminal;

d) É incabível o *habeas corpus* para discutir incompetência absoluta do juízo;

e) O *habeas corpus* não pode ser utilizado como sucedâneo da revisão criminal, salvo em situações nas quais se verifique flagrante nulidade processual na sentença condenatória ou no acórdão que a tenha confirmado.

**37.** Sobre a investigação criminal e ação penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) É de atribuição exclusiva da Polícia Federal a apuração das infrações praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas;

b) O Ministério Público pode realizar investigações criminais, especialmente nas hipóteses envolvendo crimes praticados por integrantes de corporações policiais;

c) No âmbito da Justiça Federal, o prazo para conclusão do inquérito policial será de vinte dias, quando o indiciado estiver preso, podendo ser prorrogado por igual prazo, a pedido, devidamente fundamentado, da autoridade policial e deferido pelo Juiz a que competir o conhecimento do processo;

d) Nas infrações de ação pública condicionada, a instauração do inquérito fica condicionada à representação do ofendido;

e) A autoridade policial pode instaurar investigação contra magistrado, desde que autorizado pelo Corregedor da instituição a que estiver vinculado o juiz investigado.

**38.** Sobre a sistemática das prisões, assinale a **CORRETA**:

a) É facultativa a notificação do órgão da defensoria pública acerca da prisão em flagrante de qualquer pessoa;

b) Não é possível, de regra, a decretação de prisão preventiva para as infrações cuja pena máxima cominada seja igual ou inferior a quatro anos;

c) É incabível a decretação de prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identificação da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para a correta identificação;

d) Ao juiz é lícito impor medidas alternativas à prisão, a exemplo da determinação ao réu para entregar o passaporte;

e) As alternativas *b* e *d* estão corretas.

**39.** A respeito da execução penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Constitui direito do preso obter atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente;

b) O regime disciplinar diferenciado – RDD – é considerado regime de cumprimento de pena, especialmente criado para os presos que apresentam comportamento subversivo da disciplina carcerária;

c) O RDD pode ser aplicado tanto ao preso provisório como ao preso definitivo;

d) No entendimento da jurisprudência, não é possível a execução provisória de pena, ainda que a acusação não recorra para aumentar a pena imposta na sentença;

e) O tempo de estudo realizado pelo apenado pode ser abatido do tempo da condenação.

**40.** Sobre o tema nulidades e recursos processuais penais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que impronunciar o réu submetido ao rito do Júri;
- b) O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto;
- c) Nenhuma das partes poderá argüir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse;
- d) O prazo do recurso de apelação é de 05 (cinco) dias;
- e) Nenhuma das anteriores.

**PROVA SUBJETIVA**

**FOLHA DE RASCUNHO**

- 1) Determinado Governador de Estado, tomando conhecimento de romance secreto entre sua esposa e um funcionário da administração federal em exercício na capital, solicita ao diretor do respectivo órgão, competente para determinar remoções de servidores, que determine, de ofício, a remoção do referido servidor para a cidade mais remota daquela unidade da federação, no que é atendido. Analise a conduta do diretor do órgão público federal, em 15 linhas, sob o ângulo dos princípios constitucionais que regem a administração pública, da existência ou não de ato de improbidade administrativa e sua capitulação, e, ainda, se a sua conduta pode configurar, em tese, ilícito penal.**

**PROVA SUBJETIVA**

**FOLHA DE RASCUNHO**

2) José, Prefeito Municipal, atualmente exercendo mandato, foi denunciado pelo Ministério Público Federal, perante o foro competente, pela prática do crime de corrupção passiva (CP, art. 317, caput). Recebida a denúncia, o advogado do réu impetrou, em favor deste, habeas corpus perante o STJ, requerendo, liminarmente, que fosse trancada a ação penal pela superveniência de incapacidade civil absoluta, fato que seria demonstrado nos autos da ação penal originária. Requereu, ainda, alternativamente, caso não trancada a ação penal, fosse determinada a inclusão no polo passivo da ação penal originária, de João, que, segundo suas alegações, teria sido o autor da corrupção ativa (CP, art. 333). Alegou, ainda, que tal inclusão teria o escopo de demonstrar que o crime contra si imputado – de corrupção passiva – não teria ocorrido. O relator do feito no STJ negou a liminar requerida, enfrentando ambos os pontos levantados na inicial do habeas. Foi impetrado, então, novo habeas corpus, agora perante o STF, alegando que a competência desta Corte para a análise deste novo HC estaria firmada a partir da negativa da liminar do STJ. À luz da atual jurisprudência do STF sobre habeas corpus e ação penal, responda, fundamentadamente, às seguintes questões:

a) É cabível a impetração do habeas corpus perante o STF?

b) A ação penal deve ser trancada?

c) O STF pode determinar a inclusão de réu no polo passivo da ação penal originária?



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

**2013**

**GABARITO PRELIMINAR – DIREITO - PROVA TIPO 1**

(Anexo do Edital nº 005, de 11 de março de 2013)

**QUESTÕES**

01 - D	21 - E
02 - E	22 - C
03 - C	23 - A
04 - B	24 - E
05 - A	25 - D
06 - E	26 - C
07 - D	27 - D
08 - C	28 - A
09 - A	29 - D
10 - B	30 - C
11 - D	31 - A
12 - E	32 - C
13 - C	33 - B
14 - D	34 - E
15 - C	35 - D
16 - E	36 - B
17 - B	37 - A
18 - E	38 - D
19 - B	39 - C
20 - A	40 - D



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

**2013**

**GABARITO PRELIMINAR – DIREITO - PROVA TIPO 2**

(Anexo do Edital nº 005, de 11 de março de 2013)

**QUESTÕES**

01 - E	21 - D
02 - C	22 - E
03 - A	23 - C
04 - E	24 - B
05 - D	25 - A
06 - C	26 - E
07 - D	27 - D
08 - A	28 - C
09 - D	29 - A
10 - C	30 - B
11 - A	31 - D
12 - C	32 - E
13 - B	33 - C
14 - E	34 - D
15 - D	35 - C
16 - B	36 - E
17 - A	37 - B
18 - D	38 - E
19 - C	39 - B
20 - D	40 - A